



**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Balneário Camboriú**  
**Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária**

Parecer n.º 003/2017/AP-DETA/SPU

Balneário Camboriú, 07 de março de 2017.

Após a reanálise da **SUBSTITUIÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO** sob protocolo n.º 2016032043, considerando os aspectos atinentes à legislação urbanística, de uma edificação de uso industrial (**AMB Comércio e Distribuidora de Pescados Ltda**), de propriedade de **Ademir Burigo** (CPF 398.180.639-53), situada na Rua Agrônômica (DIC 5338), no Bairro Jardim Iate Clube, sob responsabilidade técnica do Eng. Civil Diego Rezende Caetano, CREA n.º 112055-3, ART n.º 6060983-5 (com área correspondente a 410,39 m²), resultaram as seguintes considerações para efetivar a sua **APROVAÇÃO**:

1) Consultando o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, no *site* da Receita Federal do Brasil, obtendo o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, é possível visualizar que a atividade econômica principal a ser desenvolvida é a Preservação de peixes, crustáceos e moluscos, sob o código 10.20-1-01 do CNAE-IBGE. Com isso, consultando a tabela CNAE 2.0-IBGE verifica-se que a mencionada atividade encontra-se na Seção das “Indústrias de Transformação”, na Divisão de “Fabricação de Produtos Alimentícios”, no Grupo e Classe “Preservação de Pescado e Fabricação de Produtos do Pescado” e na Subclasse “Preservação de peixes, crustáceos e moluscos”. Assim, esta subclasse compreende a preparação de peixes, crustáceos e moluscos (frigorificados ou congelados). Além disso, consultando a Licença Ambiental de Operação n.º 8787/2014, emitida pela FATMA, em 02 de dezembro de 2014, com validade de 48 meses, na página, no campo da “Descrição do empreendimento” resta inequívoco que a atividade se trata de uso industrial. Em razão disso tudo, e considerando a Lei 2794/2008, e o zoneamento (ZAC-III-D) a atividade prevista para o local não é permitida ou tolerada.

**Observações:**

A) Conforme a Tabela X, da Lei Municipal 2794/2008, considerando a atividade industrial, são necessárias 9 vagas para veículos. Essas vagas deverão integrar a área total da edificação. Contudo, tal exigência resta prejudicada, pois a atividade não é permitida para a zona